

SEMINÁRIO “MEDIAÇÃO”: UM PROJETO INOVADOR*

NILSON VITAL NAVES

Ministro Vice-Presidente do Superior Tribunal de Justiça

Outra vez juntos, o Superior Tribunal de Justiça, o Centro de Estudos do Conselho da Justiça Federal, a Escola Nacional da Magistratura e a Seção de São Paulo da Ordem dos Advogados do Brasil promovem, sob a mesma operosa e representativa coordenação científica da Ministra Nancy Andrighi, este tão importante encontro, com o objetivo de discutir amplamente o anteprojeto que institui entre nós a mediação paraprocessual.

O primeiro evento aconteceu em Brasília, no auditório do Superior Tribunal, no dia 7 de agosto. Na abertura daqueles trabalhos, lembrava o presidente Costa Leite que o Conselho, por meio do Centro de Estudos, havia prestado extraordinário apoio para que pudéssemos, desde então, desenvolver essa tarefa, cujos resultados, disse S. Ex^a, “estou certo, serão extremamente significativos para o bom encaminhamento do projeto”.

S. Ex^a ainda ressaltou, dirigindo-se ao Desembargador Sidney Beneti e ao presidente Carlos Miguel Aidar, a importância da parceria, reputando-se, assim, celebrado o contrato naquele lugar e naquele instante, “para conseguirmos, com a reunião de esforços, atingir os objetivos a que nos propusemos”.

Senhores presidentes da Escola Nacional e da Seccional da Ordem, senhoras e senhores, a história do judiciário já é outra, desde quando criado e instalado o Superior Tribunal, funcionando junto a ele o Conselho da Justiça Federal.

* Abertura do Seminário na Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo, no Largo São Francisco em 17/9/01.



O Superior tem servido de sede, prestando-lhes irrestrito apoio, de uma enorme série de eventos patrocinados pelo Conselho através do seu Centro de Estudos Judiciários. Nos últimos dois anos, reuniram-se nos salões do Superior cerca de 20 seminários, a propósito de uma variedade de inquietantes mais saudáveis assuntos, entre outros, sobre o projeto de Cód. Civil, a biodiversidade, o Tribunal Penal Internacional, a lavagem de dinheiro, a promoção e proteção de direitos humanos, a soberania, o processo de execução, a eficácia da lei de tortura, a água – o bem mais precioso do milênio.

Sempre assim foi e assim sempre será o chamamento do Superior Tribunal, em todo o tempo convocado, hoje mais que ontem, em árdua mas prazerosa e benfazeja faina, para colaborar no aperfeiçoamento de nossas leis, criando institutos e ajustando os já existentes, e para exercer a sua relevante e nobre jurisdição, solucionando tormentosas e intrigantes questões sociais, um sem número delas, conflitos e litígios que ultrapassam o âmbito individual, cuja complexidade se alia ao número excessivo das ações e, por que não dizer, ao descompasso dos textos legislativos. Em vista disso, a função político-jurídico-institucional do Superior passa a ser extremamente relevante, intimando-o a colaborar mais e mais na construção de um sistema judicial adequado às efetivas exigências dos nossos jurisdicionados.

Por essas e outras inúmeras e repetitórias circunstâncias é que achamos nós e mui gostaríamos que todos os senhores também achassem que é chegada a hora de se resolver de uma vez por todas a seguinte questão: o Superior Tribunal foi ou não foi criado para se tornar o único e o mais fiel foro da matéria infraconstitucional, com decisões finais, dispondo elas da autoridade de coisa julgada, portanto irrecorríveis, salvo as que o seriam por intermédio do recurso extraordinário, em pouquíssimos casos, sabendo-se, no entanto, que o extraordinário pressupõe sempre e sempre a existência de questão constitucional direta e clara, imediata e límpida, evidentemente não-reflexa e certamente que



não-oblíqua. Isto é, não há de se admitir, no julgamento do extraordinário, que o desfecho da causa se faça por meio de interpretação do texto infra. O que é preciso é que se purifique o sistema. Para isso, estamos convocando as férteis e saudáveis inteligências do mundo jurídico, boa parte delas aqui reunidas nesse precioso evento.

Hoje, porém, nos salões desta tão centenária Faculdade de Direito, por onde passaram os notáveis Rui, Castro Alves, Nabuco, Pimenta Bueno, Hely Lopes e tantos e tantos outros – verdadeira referência nacional na formação de homens e mulheres comprometidos com o desejo de justiça –, pois aqui nos reunimos em torno do anteprojeto assinado pela brilhante Ada Pellegrini, para frutuosas e acuradas reflexões. Aqui se fazem presentes renomados juristas, que nos informarão das características do novo instituto, da prática da mediação em diversos países, de suas modalidades, constitucionalidade da medida e aspectos relativos ao credenciamento, dos honorários, ética e experiência profissional do mediador etc.

Mais um mecanismo alternativo para a solução de litígios e controvérsias, a mediação é exemplo de modernização, já adotada com sucesso em França e Inglaterra, Noruega e Canadá, Estados Unidos e Nova Zelândia, China, Colômbia e Argentina. Levando-se em consideração as vitoriosas experiências com os juizados informais, os especiais cíveis e criminais, o aumento dos poderes conciliatórios dos magistrados, e as expectativas da arbitragem e das que já dizem respeito à recente Lei nº 10.259/01, espera-se muito da mediação, que objetivará pacificar a lide pelo consenso das partes, de maneira a evitar ou atalhar o processo.

Foi no início dos últimos anos oitenta que primeiramente se teve a iniciativa de se mexer nos regimes tradicionais de solução de conflitos. Isso aconteceu com a elaboração do texto do anteprojeto que se converteu, em 1984, na Lei nº 7.244, dispondo sobre a criação e o funcionamento do Juizado Especial de Pequenas Causas. Foi-me deveras

gratificante, naquela inesquecível oportunidade, compor a comissão de revisão do anteprojeto, ao lado dos juristas Kazuo Watanabe, Cândido Dinamarco, Luiz Melíbio, Salvador Frontini, Ferraz Lopes e Ruy de Barros Monteiro. Já era a busca permanente da conciliação o motivo maior do anteprojeto, mas ainda mais a afirmação da simplicidade e da celeridade, da economia e da amplitude dos poderes do juiz. Atualmente, ando temeroso com o alargamento das competências dos juizados, receio-lhes até a inviabilização, quem sabe se a seu respeito não se está exigindo uma mudança de hábitos, a fim de que não se sacrifique a galinha dos ovos de ouro.

O Judiciário brasileiro está sobrecarregado. A crise não é de hoje! Um dos meios de superar as dificuldades não deixa de ser a implementação da mediação, dela se esperando, a curto prazo, resultados proveitosos, inclusive na mudança do hábito das pessoas quanto à maneira de dirimir litígios.

Sempre na esperança de dias melhores para o Judiciário, e diariamente preocupado e atuante, o Superior Tribunal há bom tempo que está na linha de frente. Contem conosco, senhores presidentes Beneti e Aida, nessa tarefa de criação, atualização e modernização dos institutos. Aqui já se encontram a coordenadora Fátima e o palestrante Delgado, dois dos mais respeitáveis membros do Superior Tribunal.

Com os meus agradecimentos e os do presidente Costa Leite, desejamos-lhes boa sorte!